

LEANDRO REINALDO DA CUNHA

MANUAL DOS
DIREITOS
TRANSGÊNERO

A perspectiva jurídica da identidade
de gênero de transexuais e travestis

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Prefácio</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XIII
<i>Introdução</i>	1
1. SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO	3
1.1. Identidade de gênero	6
1.1.1. Cisgêneros	6
1.1.2. Transgêneros	7
1.1.2.1. Transexuais, travestis e não binários	9
1.1.2.2. Intersexual	13
1.1.2.3. Despatologização da condição transgênero	14
1.1.2.4. Crianças transgênero	15
2. TRANSIÇÃO FÍSICA E SAÚDE DA PESSOA TRANSGÊNERO	17
2.1. Procedimentos para a afirmação do gênero de pertencimento	18
2.1.1. Hormonioterapia	20
2.1.2. Intervenções cirúrgicas	23
2.1.3. Passabilidade	25
2.2. Saúde física e mental da pessoa transgênero	27
3. IDENTIDADE DE GÊNERO NA SOCIEDADE	33
3.1. Preconceito, discriminação e vulnerabilidade	33
3.2. Normalidade e sexualidade	40
3.3. Estigma	45
3.4. Intolerância	48
3.5. Invisibilidade	50
3.6. Interseccionalidade	51
3.7. A “fragilidade cis”	55
3.8. Conveniência da ignorância quanto às minorias sexuais	58
3.9. Genocídio trans e o Estado de Coisas Inconstitucional	59
3.10. Linguagem neutra	62
4. DIREITO À SAÚDE E DIREITO MÉDICO	65
4.1. Direitos do paciente	65
4.1.1. Acesso ao tratamento ou cirurgias de afirmação de gênero	68

4.1.2. Demora na realização do tratamento	72
4.2. Reprodução humana assistida	75
4.3. Responsabilidade médica	78
4.3.1. Erro médico	78
4.3.2. Prontuário médico	80
4.3.3. Objeção de consciência	81
5. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	83
5.1. Alteração do nome e sexo nos documentos	84
5.1.1. A impropriedade técnica da mudança do gênero no documento	93
5.1.2. Alteração <i>post mortem</i> do prenome e sexo nos documentos.....	95
5.1.3. O novo RG (Carteira de Identidade Nacional – CIN)	96
5.1.4. Alteração em documentos de terceiros	98
5.2. Imagem, honra e privacidade	99
5.2.1. Dano à imagem e à honra	99
5.2.2. Direito à privacidade/intimidade e ao esquecimento	101
5.2.3. Desrespeito à identidade de gênero no sepultamento	104
6. CONTRATOS.....	107
6.1. Fase pré-contratual	107
6.2. Identidade de gênero no plano da validade	109
6.2.1. Capacidade e agente capaz	109
6.2.2. Licitude e possibilidade do objeto.....	110
6.2.3. Ilícitude da motivação e simulação	111
6.2.4. Defeito do negócio jurídico.....	111
6.3. Identidade de gênero no plano da eficácia	112
6.3.1. Condição	113
6.3.2. Encargo.....	114
6.4. Contrato de doação	114
6.4.1. Cláusula de incomunicabilidade	114
6.4.2. Revogação da doação	115
6.4.3. Doações segregatórias	116
7. DIREITO DE FAMÍLIA E RELACIONAMENTOS AMOROSOS.....	117
7.1. Parentesco e relação com os filhos.....	117
7.1.1. Reconhecimento da filiação.....	118
7.1.2. Adoção	119
7.2. Direitos/deveres dos pais transgênero em relação a seus filhos.....	121
7.2.1. Poder familiar ou autoridade parental.....	122
7.2.2. Alienação parental	124
7.2.3. Descumprimento do dever de cuidado ou “abandono afetivo”	125

7.3. Casamento e união estável.....	126
7.3.1. Dissolução do casamento/união estável em razão da transgeneridade	130
7.3.1.1. Transgeneridade desconhecida pelo cônjuge/companheiro antes de se casar/unir	130
7.3.1.2. Transgeneridade constatada pela pessoa transgênero após o casamento	132
7.4. Relacionamentos amorosos.....	133
7.4.1. Ocultação do relacionamento.....	133
7.4.2. Ruptura de namoro ou noivado.....	135
8. DIREITO SUCESSÓRIO.....	137
8.1. Sucessão legítima	138
8.2. Sucessão testamentária	139
8.2.1. Deserdação sob alegação de identidade de gênero.....	140
8.2.2. Condição e encargo no testamento	142
8.2.3. Cláusula de incomunicabilidade	144
8.2.4. Alteração do nome do herdeiro ou legatário beneficiado em testamento	145
8.3. Doações e colação	145
9. O USO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS	148
10. DIREITO ELEITORAL E POLÍTICA.....	157
10.1. Nome social, nome retificado e o exercício da cidadania	158
10.2. Candidaturas transgênero e violência política	159
11. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	161
11.1. Mídia	161
11.2. Remoção e adequação de informações existentes na internet	165
11.3. Viés algorítmico	167
11.4. Sexualidade e o corpo eletrônico	169
12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	173
12.1. Sexualidade como dado sensível	173
12.2. Acesso indireto a dados sensíveis quanto à sexualidade.....	175
13. ESPORTES	177
13.1. Intersexo e competições esportivas	179
13.2. Pessoas transgênero em competições esportivas	181
14. EDUCAÇÃO.....	184
14.1. Garantia do direito à educação para pessoas transgênero	186
14.2. Educação como meio de mitigação dos preconceitos	191

15. DIREITO DO TRABALHO.....	195
15.1. Consequências para práticas discriminatórias	200
15.2. Dever de fomento da inclusão de pessoas transgênero no mercado de trabalho	202
15.3. Licença parental e identidade de gênero.....	203
15.4. Direitos trabalhistas especiais em razão do gênero	206
16. PREVIDÊNCIA	209
16.1. Transição e aposentadoria	211
16.2. Transição após aposentadoria	213
16.3. O Benefício da Prestação Continuada (BPC) para pessoas trans.....	216
17. FORÇAS ARMADAS	219
17.1. Serviço militar obrigatório e pessoas transgênero	220
17.2. Transição de gênero do militar das Forças Armadas.....	221
18. REFÚGIO/ASILO ÀS PESSOAS TRANS	224
18.1. O Brasil como destino para refugiados	226
18.2. Transgêneros do Brasil em busca de asilo no mundo.....	227
19. DIREITO PENAL	229
19.1. Licitude dos atos redesignatórios.....	229
19.2. Criminalização da transfobia.....	230
19.3. Homicídios e a banalização das vidas transgênero.....	234
19.4. <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i>	239
19.5. Falta de alteração dos documentos e alegação de falsidade ideológica	241
19.6. Lei Maria da Penha e feminicídio	242
19.7. “Pânico trans” (<i>trans panic</i>) como fundamento de legítima defesa	245
19.8. Criminalidade e pessoas transgênero	247
19.9. Estupro corretivo	250
19.10. Adequado recolhimento no sistema prisional	251
<i>Referências Filmográficas</i>	263
<i>Referências Bibliográficas</i>	265